



DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Assembleia da República, 28 de janeiro de 2021

Discurso do Deputado Rui Rio

Senhor Presidente

Senhor Primeiro Ministro e demais membros do Governo

Senhoras e senhores Deputados

Se uma Declaração do Estado de Emergência é sempre um ato penoso para qualquer Parlamento democrático, aquela que hoje aqui debatemos assume, para todos nós, uma penosidade acrescida.

Votamos hoje uma declaração de emergência num cenário de gravíssima situação económica, social e sanitária. Ela pouco difere da situação de retaguarda numa guerra.

O PSD, como partido alternativo de poder ao atual Governo, tem assumido desde o início uma posição de responsabilidade, rejeitando qualquer aproveitamento político desta difícil tarefa que incumbe ao Executivo.

Votamos favoravelmente todas as declarações do Estado de Emergência.

Nunca regateamos colaboração, sempre que ela nos foi pedida, e sempre fizemos ouvidos moucos aos que nos procuram empurrar para uma posição política de permanente ataque ao Governo em momento tão grave da nossa vida nacional.

É esta a postura que vamos continuar a ter, mas perante as graves falhas que o Governo tem demonstrado, cumpre-nos, aqui – e neste momento próprio – dar um murro na mesa e referi-las com toda a frontalidade.

Não o fizemos no início, porque isso seria politicamente desonesto. Ninguém conseguiria gerir a pandemia sem erros, aquando do seu começo. E ninguém deve criticar, quando não está seguro de que saberia fazer melhor.

Só que, hoje, quase um ano volvido, a situação é bem diferente.



Hoje, o Governo tem a obrigação de responder com muito mais competência aos problemas do País, porque hoje temos todos já muitos mais conhecimentos do que há um ano atrás.

Por isso,

- Andar em permanentes avanços e recuos, como o Governo tem feito quanto às medidas a tomar, obriga-nos a lembrar a máxima militar de que ordem e contraordem dá desordem.
- Insistir teimosamente em manter as escolas abertas, quando a esmagadora maioria dos especialistas já reclamava o seu encerramento, mostra falta de coragem para, em cada momento, fazer o que se impõe que seja feito.
- Não ter preparado as escolas para as aulas digitais, depois de, em junho, ter clamado com fanfarra que elas foram um êxito, evidencia excessiva obediência ao marketing e falta de respeito pelos nossos jovens.
- E proibir as escolas privadas de o fazerem, é próprio da inveja; é impor o arrastamento para o seu patamar de incapacidade, de todos aqueles que fizeram o que o Governo não foi capaz de realizar.
- Ter os doentes dramaticamente retidos em ambulâncias por falta de lugares nos hospitais e continuar a manter fechado um hospital totalmente pronto há quase dois anos, é levar a teimosia a um extremo inaceitável na situação caótica que o SNS está a viver.
- Procurar alijar as suas responsabilidades, repetindo, até ser verdade, a mentira de que o PSD defendeu a abertura dos restaurantes para lá das 13 horas, é, no mínimo, um ato de ingratidão perante quem até hoje se esforçou por cooperar e, até, por poupar nas críticas a quem já há muito as merece.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados

Votaremos, mais uma vez, responsabilmente a favor da Declaração do Estado de Emergência.

Continuaremos a disponibilizar ao Governo todos os instrumentos de combate à pandemia de que ele necessitar.



Continuaremos a renunciar aos ataques políticos fáceis e permanentes, que mais não visam do que procurar dividendos partidários à custa das dificuldades que o País atravessa.

Hoje, ficam aqui - na altura certa e de forma frontal - as críticas que as excessivas falhas do Governo nos obrigam a fazer.

Mas fica aqui também, com essa mesma frontalidade, a continuidade do nosso compromisso de cooperação, no respeito pelo superior interesse nacional.

A bem de Portugal, esperemos, que o Governo dele seja merecedor.